
Do jornalismo ao seu abandono: uma análise a partir do percurso de ex-jornalistas em Portugal

From journalism to its abandonment: an analysis based upon the socio-professional course of former journalists

José Nuno Matos*

**Edição electrónica**

URL: <https://journals.openedition.org/cp/11278>

DOI: 10.4000/cp.11278

ISSN: 2183-2269

Editora

Escola Superior de Comunicação Social

Edição impressa

ISBN: 2183-2269

ISSN: 16461479

Reférenceia eletrónica

José Nuno Matos*, «Do jornalismo ao seu abandono: uma análise a partir do percurso de ex-jornalistas em Portugal», *Comunicação Pública* [Online], Vol.15 nº 29 | 2020, posto online no dia 15 dezembro 2020, consultado o 23 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/cp/11278> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.11278>

Este documento foi criado de forma automática no dia 23 junho 2021.



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Do jornalismo ao seu abandono: uma análise a partir do percurso de ex-jornalistas em Portugal

From journalism to its abandonment: an analysis based upon the socio-professional course of former journalists

José Nuno Matos*

NOTA DO EDITOR

Recebido: 10 de outubro de 2019

Aceite para publicação: 24 de setembro de 2020

NOTA DO AUTOR

*Especialista em sociologia do trabalho e dos *media*. Licenciado e Mestre em Ciência Política (ISCS-ULisboa), doutorou-se em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) em 2013. Entre 2014 e 2018 foi investigador de pós-doutoramento no ICS-ULisboa, instituição na qual presentemente desenvolve funções enquanto Investigador Auxiliar. É docente da cadeira de Análise Social na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da celebração do contrato-programa previsto nos números 4, 5 e 6 do art.º 23.º do D.L. n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

Introdução

- 1 O jornalismo atravessa um período de turbulência, assinalado pela diminuição do número de vendas de publicações impressas e, ao mesmo tempo, pelo surgimento de novos *media*. A resposta por parte dos meios de comunicação social (MCS) tem passado pela adaptação a este quadro (Compton & Bennedeti, 2010; Garcia *et al.*, 2018). A par da aposta na reformulação do produto, doravante em formato digital, e dos meios mobilizados no seu fabrico, as empresas sujeitam-se a processos de reengenharia, reduzindo custos por via quer da redução de efetivos, quer do recurso a vínculos temporários, como estágios e contratos a termo certo ou de prestação de serviços (“recibo-verde”).
- 2 O objetivo deste artigo é analisar estas transformações à luz dos percursos socioprofissionais de ex-jornalistas. A atual morfologia das relações de trabalho dificulta uma definição precisa desta categoria. A limitação do universo a quem chegou a deter a carteira profissional poderia, como se constatará, revelar-se demasiado restritiva. Como tal, considerou-se ex-jornalista toda a pessoa que, tendo exercido jornalismo, não se encontra presentemente a desenvolver a atividade. O estudo do jornalismo a partir da experiência de quem já não o exerce permite compreender o que motivou a rutura com a profissão, bem como identificar as novas áreas de emprego (ou de desemprego) e a sua proximidade com os MCS.
- 3 A transformação das formas e das condições de se fazer jornalismo tem conduzido muitos dos seus profissionais ao fim das suas carreiras. Em Portugal, o abandono voluntário do jornalismo deixou de ser uma prática exclusivamente exercida pelos que têm mais anos de casa, a avaliar pelo crescente ceticismo com que uma grande parte dos jornalistas mais jovens encaram o seu futuro profissional, equacionando outras vias (Pacheco & Freitas, 2014).
- 4 A investigação parte de uma abordagem biográfica, procurando assim articular a análise do abandono do jornalismo enquanto processo social com uma reflexividade suscitada pela distância temporal e espacial em relação a um ofício que se deixou de exercer.

Conceitos operacionais e metodologia

- 5 O percurso socioprofissional dos ex-jornalistas será analisado com base num aparelho conceptual que, reunindo contributos da sociologia de trabalho, não deixa de considerar a inscrição do jornalismo numa esfera simbólica, comunicacional e política, dado o seu papel na mediação entre cidadãos e instituições (Garcia, 2009).
- 6 À luz do esquema proposto por Serge Paugam, o jornalismo corresponde tanto a um trabalho, cujas tarefas e funções convocam uma relação de identificação com o seu autor, como a um emprego, com garantia de um determinado nível de estabilidade (Paugam, 2000). A partir destes critérios, é possível identificar-se um tipo-ideal de *integração assegurada*, caracterizada pela articulação entre satisfação no trabalho e estabilidade no emprego, própria de quem pode “elaborar projetos de carreira e investir-se no trabalho para os realizar”, mercê de uma “integração bem-sucedida na empresa” (p. 97).

- 7 Esta condição paradigmática apresenta, segundo Paugam (2000), vários desvios, assinalados, em primeiro lugar, por um tipo de *integração incerta*, na qual a satisfação pelo trabalho realizado contrasta com a incerteza relativa à sua continuidade a longo-prazo. É importante mencionar que, segundo o autor, este sentimento não traduz apenas o efeito de contratos temporários, mas igualmente a possibilidade de despedimento e/ou de falência da empresa. Um segundo desvio é ditado por formas de *integração laboriosa*, em que, pelo contrário, a insatisfação com o trabalho não se estende às suas regalias contratuais. A relação instrumental com as atividades desempenhadas nem sempre é um dado à partida, resultando da deterioração do ambiente na empresa e/ou da destituição de poderes. Por fim, um terceiro desvio, designado de *integração desqualificante*, conjuga insatisfação no trabalho e instabilidade no emprego.
- 8 Este trabalho parte de uma série de obras que, ao longo das últimas décadas, tem produzido conhecimento sociológico em torno da condição socioprofissional dos jornalistas em Portugal (Fidalgo, 2008; Garcia, 2009; Oliveira, 1988; Rebelo, 2011). Insere-se, em particular, num mais recente conjunto de estudos sobre a precariedade laboral no jornalismo (Camponez *et al.*, 2020; Garcia, Marmeleira & Matos, 2014; Miranda & Gama, 2019). É possível identificar a existência de profissionais nesta condição já desde o início da década de 90, encontrando-se esta regulada por contratos-a-prazo (19,4%) ou por outro tipo de vínculo temporário, possivelmente regime de prestação de serviços (12,8%) (Garcia, 2009, p. 82). Porém, não só a maioria auferia uma posição permanente, como a integração nos quadros acabava muitas vezes por acontecer. Ao longo dos últimos anos, em particular após a crise económica decorrente do programa de austeridade imposto pela *Troika* (Banco Central Europeu, Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional) em 2011, estes números sofreram um aumento. Atualmente, segundo estudos recentes, cerca de 50% dos jornalistas exercem as suas funções sob um vínculo temporário (Camponez *et al.*, 2020; Miranda & Gama, 2019).
- 9 Além de resultarem de processos de reestruturação empresarial, que normalmente visam os trabalhadores que reúnem mais anos de carreira e salários mais elevados (Baptista, 2012; Sousa & Santos, 2014), estes números traduzem uma estratégia empresarial cujo objetivo não se limita à redução de custos. A precariedade, neste sentido, constitui um modo de *governo* dos sujeitos que opera a partir da criação de um quadro de instabilidade (Lorey, 2015).
- 10 A introdução de tecnologias digitais nas redações dos meios de comunicação social veio alterar as suas rotinas produtivas, contribuindo para a contínua *desprofissionalização* do jornalismo (Örnebring, 2010; Witschge & Nygren, 2009). Práticas como a tradução, a adaptação ou mesmo a cópia do material de agências noticiosas ou de comunicação ou mesmo de outros meios tornaram-se comuns, em detrimento das saídas para a rua ou do contacto direto com as fontes. Novas funções são igualmente adjudicadas, como a gestão de redes sociais ou a produção e edição de imagem (Deuze, 2007; Waldenström, Wiik & Andersson, 2018; Witschge & Nygren, 2009).
- 11 A precariedade surge assim como o elemento estratégico responsável por garantir a exequibilidade deste processo. Ela define-se tanto pela incerteza, como pelo conjunto de esforços por ela mobilizados, dos quais depende a eventual obtenção de um nível de *integração assegurada* ou, simplesmente, a manutenção do emprego.
- 12 Ao mesmo tempo, porém, ela poderá conduzir a uma menor identificação com a profissão e, por conseguinte, à consideração de outros mercados de trabalho. O

abandono do jornalismo, conforme estudos realizados em vários países, não resulta apenas de uma imposição, realizada através de despedimentos coletivos ou da não renovação de contratos, traduzindo uma ação dos próprios jornalistas, motivada pelo aumento da insatisfação com o trabalho e com as respetivas contrapartidas materiais (Cohen, Hunter & O'Donnel, 2019; Davidson & Meyers, 2016; Sherwood & O'Donnel, 2018).

- 13 A opção por uma abordagem biográfica decorre da necessidade de identificar que tipos de condições atravessam o percurso de vida dos ex-jornalistas. O estudo de percursos socioprofissionais permite assinalar *recorrências* entre os vários casos (Bertaux, 2010) e, a partir daí, as relações socioestruturais em que as suas vidas se enquadram, sem que as suas particularidades sejam secundarizadas. Paralelamente a um tempo social e histórico, esta metodologia visa a análise de um *tempo biográfico*, ou seja, uma temporalidade que não segue uma cronologia de forma linear (Bertaux, 2010). Por sua vez, os seus relatos incluem não só descrições, como perceções, avaliações ou até suposições (Bertaux & Thompson, 1997). É esta composição que permite compreender em que medida é que um acontecimento específico constitui uma crise ou uma regularidade.
- 14 A investigação tem como base entrevistas semidiretivas a 28 ex-jornalistas, realizadas entre 2016 e 2017; estes contactos foram selecionados a partir da técnica de bola de neve. A grande maioria dos entrevistados é do género feminino, oriunda da grande Lisboa¹, apresenta uma idade compreendida entre os 35 e os 55 anos e exerceu jornalismo de imprensa, de revistas ou de rádio².
- 15 O artigo parte do estudo privilegiado de três histórias de vida em particular, cuja seleção reflete a composição dos entrevistados. Entre estes, é possível identificar três grupos de jornalistas, com trabalho iniciado em décadas distintas: o primeiro após a revolução de abril de 1974; a segunda em meados dos anos 90, num contexto de dinamismo do mercado da comunicação social; e, por fim, a terceira em meados da primeira década do milénio, período marcado pela consolidação do jornalismo *online*³.
- 16 Esta opção metodológica não visa a representação do universo, embora, nas palavras de José Machado Pais, “possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se refletir” (Pais, 2001, p. 109). Ao invés de uma representatividade estatística, o seu objetivo é “aprofundar o nível de conhecimento de realidades cuja singularidade é, por si, significativa” (p. 110). Contudo, a maior relevância atribuída às vidas analisadas tem como base um cenário mais geral, proporcionado pelas 28 entrevistas realizadas (Pais, 2001; Poirer & Clapier-Valadon, 1999; Raybaut, 1999)⁴.
- 17 De forma a assegurar o anonimato das pessoas entrevistadas, os seus nomes reais e os títulos das publicações em que trabalharam foram ocultados. A análise de conteúdo das entrevistas foi realizada através do *software* MaxQda a partir da definição de categorias temáticas (Bardin, 2009), agrupadas em três grandes eixos – vocação e desempenho do jornalismo; condições de emprego; desemprego e/ou abandono do jornalismo.

Um nome a defender. Miguel, 64 anos

- 18 Miguel exerceu a atividade de jornalista ao longo de quase quarenta anos, de 1982 a 2006. Esta opção encontra-se relacionada, entre outros fatores, com uma militância política iniciada em finais do Estado Novo no seio do movimento estudantil. Embora

considere que esta não teve uma influência direta na escolha da profissão, Miguel refere também uma ligação familiar ao jornalismo. O ofício do seu avô, tipógrafo d'O Século, garantiu-lhe o acesso precoce, ainda criança, à gráfica da publicação, onde brincava com as letras de chumbo.

- 19 Em 1981, entra para um curso de Jornalismo de uma universidade privada, atraído pela ideia de vir a realizar jornalismo de investigação, um objetivo que classifica como “um bocadinho idílico”. Ao mesmo tempo que frequenta à noite o primeiro ano do curso, consegue o primeiro emprego enquanto redator numa revista empresarial. Através deste trabalho, acede à carteira profissional de estagiário, bem como a uma experiência inaugural na profissão. O cariz da publicação, no entanto, está longe de corresponder ao tipo de jornalismo que almeja produzir. A perseguição deste objetivo leva-o a contactar, por via de uma ex-colega de escola, o diretor de um jornal semanário.
- 20 Em 1982, começa a escrever reportagens, em regime de *free-lancer*, na revista dessa publicação. Embora o pagamento por peça seja relativamente satisfatório – 20 000 escudos por “oito ou dez páginas, [...] o dobro que eu ganhava na altura” – a sua condição contratual obrigava-o a uma escrita estendida, necessária à obtenção de um rendimento adequado às suas necessidades:

Às vezes ficava lixado porque... mesmo ainda hoje tenho uma dificuldade a escrever a metro. [...] Mas era importante porque se [...] não publicavam nessa semana ao fim do mês não vinha o dinheiro daquele artigo, não é?
- 21 Ainda assim, salienta a recetividade dos editores às propostas de reportagens, das quais ainda se recorda. Limitada à técnica e ao estilo de escrita, a intervenção da parte do diretor ou dos editores não provoca a depreciação do jornalista. Contudo, a colaboração com o jornal dura apenas alguns meses, dado o menor interesse na publicação das suas peças e, por conseguinte, a diminuição dos rendimentos, traço revelador de um tipo de *integração incerta*. Após uma breve passagem pela coordenação de uma revista mensal, começa a trabalhar na rádio, uma mudança que define como “um passo importante”. Anos antes, quando ainda trabalhava como *free-lancer*, havia realizado um estágio curricular de três meses numa rádio de cobertura nacional. Os contactos então estabelecidos permitem-lhe regressar mais tarde a esta empresa, assegurando as madrugadas. Tais responsabilidades, “de proscrito”, são reguladas por um estágio remunerado através de um contrato de prestação de serviços. Ao contrário do que havia acontecido anteriormente, o novo emprego não significa um aumento do salário.
- 22 A nova rotina de trabalho, imposta por um horário noturno, origina algumas dificuldades na conciliação do jornalismo com a vida familiar, a qual incluía mulher e um filho, principalmente a partir de finais de 1984, altura em que passa a acumular as funções de redator num semanário desportivo, entrando diretamente para o quadro da empresa. Em contrapartida, o seu salário sofre um aumento.
- 23 A aproximação a um nível de *integração assegurada* é assinalada pela promoção a editor das manhãs e pela correspondente alteração dos termos do contrato de trabalho, que passa de prestação de serviços a efetivo. Não obstante o abandono do jornalismo desportivo em 1987, o duplo emprego persistiria de forma ocasional ao longo dos anos, à semelhança do que acontecia com tantos outros colegas (Garcia, 2009), motivado “pelo interesse dos próprios projetos, mas também fundamentalmente por uma questão de dinheiro. Porque o ordenado não era nenhuma maravilha”.
- 24 Alguns desses segundos empregos decorrem em semanários ligados a personalidades políticas ou a fações de partidos. Apesar da clara orientação política, estes não

deixavam de apostar numa componente de investigação e de reportagem. Ao mesmo tempo, a existência de padrões de conduta comuns entre jornalistas, consubstanciada pelo reduzido nível de desemprego na área, dificulta as pressões por parte da administração. Miguel refere um episódio demonstrativo desta força:

Lembro-me que aquilo na altura era uma direção que era o [nome do diretor]. O gajo que me tinha levado para lá, que é o [nome de jornalista] [...]. E houve ali uma tomada de posição [...] e saímos, de repente, de um dia para o outro, dez ou quinze gajos do jornal.

- 25 A posição conjunta então assumida é objeto de uma estrita contextualização temporal, dadas as diferenças em relação à situação atual. Hoje, enfatiza, “isso é cada vez mais difícil. Mas na altura ainda era possível, um bocadinho, de alguma maneira”.
- 26 Apenas no início da década de 90 é que acaba por se dedicar exclusivamente ao emprego na rádio. Todavia, é exatamente a partir dessa altura que a sua relação com a administração se começa a deteriorar. A atividade que defendia e tentava exercer pouco se coadunava com uma nova racionalidade em termos de produção do jornalismo, ao encontro do que se considerava serem os interesses das audiências. Tal constituía o prenúncio da privatização da empresa em 1993, após a liberalização do espaço radiofónico pela revisão constitucional de 1989 (Vieira, 2010).
- 27 Miguel é então “emprateleirado”, isto é, destituído de grande parte das funções que exercia anteriormente enquanto editor, de resto à semelhança de uma parte dos jornalistas que ocupavam cargos semelhantes. Em 1992, face à passagem a uma *integração* crescentemente *laboriosa*, assina a sua rescisão, já com contacto estabelecido com outro MCS, também radiofónico, no qual passa a ser responsável pela edição a troco de um salário superior ao que auferia. Aquilo que parece constituir uma despedida revelar-se-á apenas um breve interregno, uma vez que a nova entidade empregadora acabará por adquirir a antiga empresa pública.
- 28 Porém, o lugar aonde retorna já não era o mesmo. Às mudanças na propriedade corresponde um novo tipo de jornalismo, fortemente influenciado pelo surgimento da televisão privada, bem como um novo modelo de gestão. Miguel destaca, por exemplo, o crescente recurso a estúdios não remunerados sem que a devida orientação seja prestada. Este fator, aliado à diminuição dos jornalistas com mais tarimba, os quais “já não estão para estas coisas e... vão-se embora ou negociam saídas”, conduz à existência de equipas cada vez menores e mais jovens “até com maior formação cultural e avalizada e mais... novas tecnologias e tudo isso, mas sem *desk*, sem pessoas para lhes fazer algum *entourage*”. Poucos anos depois, alterações ao nível da composição da direção, impostas pela administração, relegam-no, mais uma vez, para a “prateleira”. Após a negociação do processo de rescisão, e perante um convite que lhe é dirigido, sai da empresa em 1998, iniciando assim “uma mudança completa no tipo de coisas” que vai fazer.
- 29 Sob condições salariais mais favoráveis, passa da rádio para “revistas de sociedade, de coração, se quiser”. A decisão, segundo o próprio, é tomada sem quaisquer ilusões porque percebeu “quais eram os convites” que lhe apareciam: “É evidente que houve coisas onde trabalhei que gostei mais do que de trabalhar na [título de publicação]”. Ao longo de cinco anos, é diretor-executivo de diversas revistas, todas pertencentes ao mesmo grupo empresarial. Apesar do cargo e das regalias associadas, a parca identificação com o jornalismo praticado mantém-no longe de um tipo de *integração assegurada*.

30 Em finais de 2003, após saída motivada por questões pessoais, começa a trabalhar como editor de um suplemento cultural de um semanário, dedicado à divulgação e à crítica de “gastronomia, vinhos, viagens, prazeres”. Embora represente uma diminuição do salário, o novo emprego garante-lhe uma total liberdade de criação. Por esta altura, começam a surgir sinais da crise da imprensa em papel, à qual o semanário não conseguirá escapar. Perante o fim que se anunciava, presságio esse indiciado pelos salários em atraso, sai da empresa, desta vez sem qualquer alternativa. Aos 51 anos, Miguel encontra-se desempregado e os contactos que estabelece revelam-se infrutíferos:

Um gajo tem 50 anos! Tem 50 anos e tem um ordenado grande para o meio, para o que já estão a pagar. Já se está a desinvestir, não é? [...] Já estão uma cambada de estagiários que entraram e que trabalham para, para entrar, para nada. Ou que os pagam pouco, as chefias vão sendo reduzidas, não é?

31 Seis meses depois, consegue trabalho numa rádio, essencialmente musical, cuja estrutura, “muito pequena”, o obriga a cumprir diversas tarefas, da edição à apresentação, passando pela redação e até pela agenda, uma polivalência de funções que pressupõe um aumento de horas de trabalho para lá do que se encontra contratualmente definido:

Eu entrava ali às 5 da manhã à mesma e saía às 7, 8 da noite. Porque depois ficava... como não havia meios, ficava eu a tentar fazer aquilo com que me queria aguentar depois no dia seguinte, a ter uma informação minimamente... que me satisfizesse a mim. [...] Muito trabalho de preparação, de agenda, marcando coisas.

32 Estavam assim reunidas as condições para que um ponto final no jornalismo fosse, por fim, ditado. A idade, a ausência de meios disponíveis e a improbabilidade de regresso ao tipo de *integração assegurada* que havia auferido anteriormente impediam o desenvolvimento de uma atividade cujos frutos estivessem à altura da obra criada ao longo da sua vida profissional. É em prol deste legado, de “um nome para defender” no jornalismo, que acaba por o abandonar.

33 Em 2006 aceita uma proposta de trabalho no gabinete de comunicação de uma empresa pública, passando a exercer funções enquanto assessor de imprensa. Passados dez anos, o regresso à profissão deixou de ser uma hipótese em cima da mesa, uma vez que “nunca apareceu nada do lado de lá para me pôr essa questão. E acho que da minha parte seria um bocado aventureiro”.

Do *online* ao suplemento: Rita, 39 anos

34 Desde criança que Rita queria ser jornalista, uma vontade que não se pode atribuir à influência dos pais, uma funcionária pública e um empregado bancário, ambos na reforma. A mãe, inclusivamente, chegou a alertá-la para os problemas da precariedade nesta área, aconselhando-a a optar pelo curso de Direito e, eventualmente, por uma pós-graduação em jornalismo. A escolha desta área, conforme relata, reflete uma personalidade “muito comunicadora” e um gosto pela escrita, o qual começa por aplicar nas páginas do jornal da escola secundária.

35 Em 1996 ingressa num curso superior de Comunicação Social, com vertente em Jornalismo, no âmbito do qual, por via de um estágio curricular numa rádio local, trava o primeiro contacto com o ofício. A experiência é objeto de boas recordações quer pela aprendizagem e orientação prestada, quer pelo equilíbrio entre o trabalho dentro e fora

da redação. Ciente da impossibilidade de continuação na rádio – o que, a seu ver, ajuda a explicar a boa relação que teve com a equipa de jornalistas, não tendo sido vista “como alguém que podia estar a minar o lugar” –, começa a enviar currículos (CV). Após uma resposta positiva, seguida de entrevista, inicia um estágio profissional na edição digital de um semanário. O financiamento por parte do Instituto Português de Formação Profissional (IEFP) permite, desta vez, uma remuneração de 800 euros.

- 36 Ao contrário do que havia acontecido anteriormente, a rotina de trabalho é menos variada. As seis horas diariamente prestadas, das 14h às 20h, decorrem tendencialmente na redação. A edição digital limita-se a complementar a publicação em papel, o que leva a que as grandes reportagens fossem “mais os jornalistas [...] que faziam”. A rotina, segundo relata, passa por trabalhar notícias de agência, do próprio jornal ou mesmo de outros MCS, “os chamados encher chouriços”, e contactos com fontes via telefónica. A pressão é permanente, pois “o primeiro a dar a notícia é quem vence. É quem ganha os leitores”: “Portanto, tens que ser rápido, não podes engonhar”.
- 37 Apesar de ao final dos seis meses de estágio ter sido contratada a prazo, acaba por optar por outro emprego num grupo editorial de revistas. Possibilitada pelo incessante envio de CV, a mudança deve-se ao sentimento de que “continuava a não evoluir”, permanecendo num nível de *integração desqualificante*. O trabalho acaba por se revelar mais desafiante. A par da reportagem, conforme almejado, Rita é igualmente responsável pela comunicação e promoção da revista junto de empresas de área (indústria e saúde) através da produção de *press-releases*. Na relação com as últimas mantém uma “distância necessária”. Se, por um lado, não existe um controlo férreo sobre o que se escreve, verificando-se inclusive uma abertura à proposta de temas a explorar, por outro, reconhece uma orientação, muitas vezes baseada numa rede de conhecimentos: “Eles davam-nos muita liberdade para propor temas, mas é óbvio que eles ao lançarem essas revistas também tinham alguns contactos preferenciais”.
- 38 Dois anos volvidos, a acumulação de salários em atraso (parte dos quais nunca foi paga) leva-a sair da revista, já com garantia de emprego noutra grupo editorial, responsável pela publicação de uma revista na área da saúde. O contrato de trabalho assinado prevê um salário de 900 euros, encontrando-se limitado a seis meses. Faz-se acompanhar, todavia, pela promessa de integração no quadro. A rotina não se limita à “produção de conteúdos”, nomeadamente reportagens e *newsletters*, incluindo igualmente a organização de eventos, encomendados por empresas da área. Ao invés do que havia sido prometido, Rita nunca chegou a passar a um nível de *integração assegurada*. Problemas no campo financeiro, manifestos em salários em atraso, levam a que a administração, num primeiro momento, renove o contrato e, posteriormente, dispense a jornalista, sem que, mais uma vez, todos os rendimentos a que tinha direito lhe fossem ressarcidos.
- 39 O fim da experiência marca o início de uma nova fase: “A primeira vez que eu fiquei desempregada”. Passados quatro meses, a indicação de uma familiar jornalista garante-lhe um trabalho temporário num diário de Lisboa, o qual envolve a edição de uma obra comemorativa do aniversário da publicação. Através da recomendação de uma das suas colegas desse projeto, consegue emprego num jornal na área da economia, em que lhe oferecem um salário de 600 euros, com a promessa de passagem a contrato permanente. Em março de 2005 passa a desempenhar funções enquanto jornalista nos suplementos mensais da publicação. Estes, como descreve, podem ser editoriais – “completamente independentes, que éramos nós que definíamos os temas” – ou

empresariais, financiados por entidades privadas. Tal prática estava longe de ser consensual, originando tensão e conflito com a direção:

E a minha editora tinha que enviar para lá os textos e eles... E então, ela fartou-se disso [...]. E disse: “Não. É assim, eu sou jornalista e quero fazer jornalismo independente. Quero ser eu a decidir as coisas que vou fazer, quero ser eu a dar os temas aos meus jornalistas e [...] não quero estar a enviar textos para as empresas lerem e dizerem se gostam ou se não gostam”.

- 40 A par deste tipo de conteúdos, o jornal tende a recorrer aos convites produzidos por agências de comunicação, ao ponto de estas constituírem a fonte de “sessenta por cento” das notícias publicadas. Ainda assim, esta percentagem resulta de uma seleção da parte dos jornalistas, não de uma pressão exercida sobre eles. Este tipo de relação, salienta, é apanágio de uma só empresa:

Agora, a pressão que eu senti no jornal... durante um respetivo tempo foi... Pronto, isto agora é sabido, já saiu nos jornais: o [banco] era o nosso grande credor. [...] O jornal deve muito dinheiro ao [banco]. E, portanto, nós não podíamos falar mal do [banco], não podíamos...

- 41 Ao final de um ano de trabalho, a promessa de integração nos quadros foi, de facto, cumprida. Tal não significaria, porém, o acesso a um tipo de *integração assegurada*. Além de não terem ocorrido quaisquer alterações no que respeita à sua posição na empresa, continuando a desempenhar as mesmas tarefas, o seu salário foi diversas vezes sujeito a pequenos aumentos. Apenas em 2012, no âmbito de uma ação de inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), é que este acabaria por sofrer um incremento, visto encontrar-se abaixo do disposto pela tabela⁵, uma norma que confessa, então, desconhecer. Ao longo deste processo, e face à relutância da administração no pagamento de retroativos, Rita adere ao Sindicato dos Jornalistas, de forma a poder usufruir de apoio no âmbito jurídico. Tais serviços viriam a revelar-se fulcrais poucos anos depois, em 2016, aquando do pedido de insolvência da empresa.

- 42 Rita recomeça então a enviar CV para diversos MCS. Perante as respostas que vai obtendo – de recusa ou de colaboração *free-lancer* a valores “muito abaixo do que aquilo que eu estou a receber de subsídio” –, aciona igualmente toda uma rede de conhecimentos que foi produzindo ao longo do seu percurso no jornalismo: “Eu em onze anos de suplementos criei muitos laços com empresas. [...] E então eu estou a aproveitar essas relações que fui criando para falar com as pessoas”. Consciente das atuais dificuldades do setor, dirige então as suas atenções para outras áreas que considera serem próximas:

Eu neste momento só vou para o jornalismo outra vez se me convidarem. E tiver condições porreiras. Porque senão prefiro ir para uma agência de comunicação ou prefiro... E ainda melhor, e preferencialmente, para departamentos de comunicação de empresas [...]. Se vier o jornalismo, veio. Mas se não vier também não é... Porque eu sei que o jornalismo está muito mau. As condições estão más.

- 43 Assim, planeia criar uma empresa de comunicação juntamente com uma amiga, também ela jornalista. O objetivo, como descreve, é providenciar serviços como “gestão de redes sociais, produção de conteúdos, ir a eventos empresariais, estar lá a fazer a cobertura do evento e depois escrever, serviços de fotografia”.

Jornalismo sem carteira: Sara, 27 anos

- 44 Sara nunca chegou a exercer formalmente o jornalismo. No entanto, o seu currículo encontra-se preenchido por diversas experiências de trabalho enquanto jornalista. Um pouco à semelhança de Rita, a vocação surge desde criança, alimentada pela imagem do jornalismo produzida pela televisão. A escolha foi igualmente objeto de dúvidas e críticas por parte dos pais, uma médica e um professor de matemática “que já anteviam que eu não iria ter muito futuro nesta área”. Não obstante, em 2007 entra para o primeiro ano de um curso de Ciências de Comunicação com vertente em Jornalismo. Durante a sua frequência, colabora com diversos órgãos de jornalismo universitário, onde produz as primeiras reportagens. No âmbito do curso, realiza um estágio curricular de três meses numa emissora radiofónica nacional, trabalhando cerca de oito horas diárias. Embora mencione um esforço de acompanhamento – “no sentido de me tirarem todas as minhas dúvidas e até de me ajudarem na evolução da escrita” – a dimensão da redação, limitada a dois jornalistas, impede a dedicação necessária a essa missão. Em termos gerais, a sua rotina passa pela recolha, pelo resumo e pela adaptação para escrita radiofónica de notícias de jornais.
- 45 Em 2010, finalizado o curso, Sara começa à procura de emprego na área. Perante a ausência de respostas, vai trabalhar para um *call-center* através de uma empresa de trabalho temporário (ETT), auferindo um salário mensal à volta dos 400 euros. A insatisfação com o emprego – “detestei” – leva a que passados seis meses o abandone, incentivada pelo convite para substituir uma antiga colega numa rádio de emissão nacional durante o período de férias. Ao longo de três semanas, toma a seu cargo a redação: “Fiz locução, fiz notícias, a parte do jornalismo local, conseguimos fazer alguma coisa própria mas era a única, lá está”. A concentração do trabalho conduz a jornadas de oito horas diárias, mas chegou “a estar lá 10 ou 12”, às vezes também ao sábado. No final, recebe 300 euros, pagos através da emissão de ato único, não surgindo qualquer proposta de contrato.
- 46 Mais tarde, através de um contacto dos pais, vai trabalhar para uma rádio local, igualmente em Vila Real, uma experiência “ainda mais degradante”. A proposta inicial é a de realização de um estágio profissional financiado pelo IEFP, possibilidade que, contudo, é inviabilizada pelo não pagamento de dívidas por parte da empresa. Face à promessa de contrato de trabalho, Sara aceita trabalhar sem qualquer remuneração:
- Depois supostamente iam-me pagar e fazer um contrato mas nunca chegaram a fazer, mas estavam sempre a dizer que iam fazer, e eu não tinha nada para fazer e adorava rádio e continuei a estar lá, mas isto aqui a culpa foi minha, a opção foi minha, podia ter saído, e estive lá um ano [...]. E aqui trabalhava 12 horas por dia e fins de semana também.
- 47 Anos passados, a opção então tomada é perspetivada de uma outra forma, já sem a “ilusão que alguém pode ouvir”; ilusão que existia à altura e que mobilizava um investimento cujos frutos poderiam, eventualmente, vir a ser recolhidos no futuro.
- 48 No final desse ano inscreve-se num curso de mestrado em Jornalismo. Além da formação que o curso lhe proporcionaria, a decisão prende-se com a vinda para a capital, cidade com “mais oportunidades”. Em finais de 2013 inicia um estágio não remunerado numa rádio nacional, sempre a pensar “pode ser que alguém reconheça o meu valor”. Durante quatro meses trabalha cerca de oito horas por dia, assegurando a “cobertura de bastantes eventos, até tribunais, manifestações, portanto coisas que

exigem mais”. Apesar de, em termos formais, se tratar de um estágio, a orientação limita-se a “cinco minutos para lerem” o que o estagiário escreveu “e pronto”. No final, do grupo de cinco estagiários do qual fazia parte, ninguém foi convidado a ficar.

- 49 Sem emprego e perspectivas de futuro minimamente reconhecíveis, decide aceitar os conselhos de um professor e apresentar propostas de artigos, ao invés do mero envio de candidaturas espontâneas. Embora nunca tenha sido publicada, uma reportagem acaba por lhe abrir portas e proporcionar a oportunidade de colaboração, em regime *freelancer*, com um diário. Tal obriga-a a regressar à sua cidade natal, onde a publicação não tinha correspondente. O valor por peça varia entre os 15 e os 90 euros, dependendo do seu tipo e dimensão; ao final do mês, segundo refere, obtém um rendimento entre os 300 e os 380 euros. Apesar de ter “gostado muito do que fazia até pela liberdade de horários”, porque trabalha “muito melhor assim”, a relação com o jornalismo, até então marcada por um tipo de *integração desqualificante*, continuou a permanecer numa base de incerteza. A insuficiência do montante auferido, incapaz de garantir sequer um aluguer de um quarto, conduz a que a procura de emprego se perpetue.
- 50 Após responder a um anúncio e comparecer à subsequente entrevista, consegue emprego numa editora de revistas nas áreas do turismo e ambiente. Nos primeiros três meses, enquanto aguarda por receber o aval à proposta de estágio profissional (a qual viria a ser recusada por se encontrar com atividade aberta enquanto trabalhadora independente), recebe “em dinheiro, por baixo, como se costuma dizer, 400 €”. No final deste período assina contrato a prazo de seis meses, o qual prevê um aumento para os 700 € – “o melhor que tive na área”. Embora avalie a experiência como positiva, porque lhe permitiu “fazer algum jornalismo”, identifica algumas contrariedades, em particular as “publirreportagens”: “Havia muitas empresas na área do ambiente e do turismo que tinham publicidade nas revistas, e nós tínhamos de facto que fazer artigos sobre isso e às vezes não tinham interesse nenhum”. A relação de emprego dura apenas oito meses, uma situação que, de acordo com a empresa, se deve a dificuldades financeiras. Inicia-se então um período bastante difícil :
- em que eu de facto saí da revista e aqui sim, enviava muitos currículos por dia, já contactava toda a gente que eu conhecia, colegas, professores. [...] Estava mesmo a desesperar, procurei em tudo, até coisas que eu nunca tinha pensado. [...] E mesmo assim estava difícil, porque nas lojas diziam que eu não tinha a experiência que era necessária, até em cafés, porque nunca tinha trabalhado num café, e porque era jornalista e assim que aparecesse uma oportunidade eu ia sair, também me diziam muito isso e o que é que eu podia dizer? Claro! Estive a investir nisto!
- 51 Em abril de 2016 regressa a um call-center: “Não era o que eu queria, mas eu precisava mesmo de ganhar dinheiro”. Inicialmente, o trabalho decorre a tempo inteiro, consistindo na venda de seguros de saúde. Porém, face à sua incapacidade de lidar quer com as funções adjudicadas, quer com o elevado nível de pressão exercido, é transferida para uma outra empresa, a tempo parcial.
- 52 Entretanto, obtém resposta positiva por parte de uma editora de publicações na área do ensino. Em termos contratuais e salariais (regime de prestação de serviços pago a 600 euros mensais), a oferta está longe de corresponder às suas expectativas, “mas queria voltar à área”. O trabalho consiste, essencialmente, no resumo e na reedição de notícias retiradas da internet e na gestão de redes sociais, um encargo para o qual, admite, acha “que nem tinha competências necessárias”. A ausência de identificação com este tipo de funções, aliada ao mau ambiente na empresa, levam-na a sair passados quatro meses. Pouco tempo depois, começa a trabalhar numa revista na área do turismo, com

uma grande aposta no *design* e na fotografia. Alegando tratar-se de um projeto novo, sem grande margem financeira, e dado o não financiamento do IEF, recebe apenas 200 euros mensais – “tão pouco que eu até tenho vergonha de dizer”. A anuência a este valor traduz, mais uma vez, a esperança no sucesso do empreendimento, algo que, de facto, não veio a acontecer.

- 53 Pouco tempo depois de sair da revista, começa a trabalhar numa empresa de auditoria, por via de uma ETT, na qual é responsável pela monitorização e avaliação de qualidade dos serviços de call-center. À data da entrevista, encontrava-se ainda empregada nesta empresa, já com contrato de trabalho a termo incerto e com um salário mensal no valor de 700 euros. Não obstante descrever a rotina como calma, Sara confessa-se desmotivada, encontrando-se na altura sob baixa médica. O diagnóstico a que se submete acaba, inevitavelmente, por remeter para o seu percurso, maioritariamente composto por níveis de *integração desqualificante*. Face a este, coloca em dúvida a continuidade com o jornalismo:

Eu quero voltar para o jornalismo, mas eu não estou bem psicologicamente e acho que foi um bocado tudo isto, porque este ano pela primeira vez ponderei abandonar o jornalismo, ponderei tirar outra licenciatura, numa área totalmente diferente, economia, até ponderei medicina! [...] estou numa fase que tenho mesmo de tomar uma decisão porque a minha vida tem mesmo de mudar de rumo.

- 54 Em termos formais, a opção de abandono do jornalismo nem sequer se coloca, uma vez que não é possível renunciar àquilo que nunca se teve. Apesar de ter passado por vários meios e empresas, a efemeridade das relações de trabalho nunca lhe permitiu o acesso à carteira profissional.

Os percursos do jornalismo em Portugal

- 55 A análise das entrevistas realizadas permite a identificação, conforme mencionado, de três grupos distintos. O primeiro compreende jornalistas que ingressaram no jornalismo entre meados dos anos 70 e início da década de noventa. Embora este grupo, pelo exposto, reúna diferentes idades e gerações, existe uma série de elementos que partilham em comum. A grande parte começou a trabalhar como jornalistas através de estágios remunerados, regulados por via de contratos a prazo e de prestação de serviços. Apesar de se tratar de vínculos temporários, a generalidade dos entrevistados não encarou tal situação como prenunciativa de uma condição precária. Tal sentimento reflete a existência de um mercado de trabalho que, durante este período, ainda não havia atingido um elevado nível de saturação.
- 56 O fim do Estado Novo e do regime da censura prévia permitiram o vívido e intenso despontar do jornalismo em Portugal. Os acontecimentos então vividos ao longo do processo revolucionário exerceram uma influência determinante na formação de um campo mediático marcado pelo peso do Estado, que, com a nacionalização da banca, se tornou barão de imprensa; e por uma ideologia profissional que, mercê do passado recente, faz da defesa da autonomia jornalística uma questão de classe e não de corporação. Mais tarde, o processo de desnacionalização da imprensa e da rádio no final da década de 80 e a abertura da televisão à iniciativa privada conduzem ao surgimento de novos projetos jornalísticos e à afirmação e consolidação de grandes grupos de *media* (Garcia, 2009; Figueira, 2012).

- 57 Os depoimentos recolhidos confirmam as novas oportunidades de emprego que então surgiram. Na grande maioria dos casos, os estágios acabaram por dar lugar a contratos permanentes, a partir dos quais se tornou possível a aproximação a um nível de *integração assegurada*. Contudo, o processo apresenta elementos contraditórios: ao mesmo tempo que se verifica o aumento da qualidade do jornalismo, visível por exemplo num maior investimento na reportagem, surgem sinais de uma perda de autonomia do campo jornalístico, imposta por mecanismos de mercado, como dar-se prioridade a temas e formas de cobertura passíveis de maximizar as audiências (Bourdieu, 2005). O percurso socioprofissional de Miguel, marcado pela passagem da “prateleira” na rádio à “imprensa cor-de-rosa”, é sintomático desta aproximação a um tipo de *integração laboriosa*. Entre os entrevistados pertencentes a este grupo, este fator, embora seja avaliado de forma crítica, não constitui o fator explicativo do fim das suas carreiras. Este encontra-se associado ao aumento de despedimentos coletivos, em particular os realizados na sequência da crise económico-financeira mundial e da aplicação de um plano de austeridade em Portugal (Quintanilha, 2019; Sousa & Santos, 2014). Se, nuns casos, se verificou a integração nesses mesmos processos, outros testemunhos referem a reunião das condições que conduziriam à opção por uma outra carreira. A par do aumento do trabalho, fruto de redações diminuídas, o abandono do jornalismo é igualmente motivado por um tipo de ação preventiva, que se procura precaver de um futuro sombrio.
- 58 Entre os ex-jornalistas do segundo grupo, que começaram a exercer a profissão em meados da década de noventa, a evolução dos tipos de integração decorre de forma distinta. Nos depoimentos recolhidos, os elementos típicos de uma *integração assegurada* são mais difíceis de identificar. Em primeiro lugar, e no que respeita à relação com o trabalho, este passa a orientar-se por quadros e convenções que, segundo as entrevistas, estão longe de corresponder às expectativas. Com exceção dos ex-jornalistas que trabalharam na área da cultura, os quais mencionam a ausência de pressões, a representação do jornalismo feita pela generalidade dos testemunhos é a de um trabalho realizado a contrarrelógio, em particular após o aumento do número de edições digitais, em que a intervenção externa das indústrias da publicidade e das relações públicas é cada vez maior. O recurso à “publirreportagem” ou a suplementos patrocinados pelas empresas, visível no depoimento de Rita, funciona como um meio de atenuar a diminuição das receitas oriundas deste tipo de indústrias, representando, ao mesmo tempo, uma sofisticação das formas de pressão realizadas sobre a atividade jornalística, o que Paquete de Oliveira denomina de *censura oculta* (Oliveira, 2018). Em segundo lugar, os percursos jornalísticos apresentam uma menor linearidade, imposta pela intermitência de empregos e pela passagem por várias modalidades contratuais até à obtenção de um contrato permanente. O desenvolvimento da carreira parte assim de um tipo de *integração desqualificante*, conseguindo-se apenas alcançar um tipo de *integração laboriosa*.
- 59 Por fim, no grupo composto por ex-jornalistas com menos anos de serviço, a relação com o emprego e com o trabalho não sofre quaisquer tipos de alterações ao longo do percurso, sendo por isso difícil identificar uma carreira. A avaliar pelo percurso de Sara, a experiência enquanto jornalista tende a corresponder a uma sucessão de trabalhos efémeros, nos quais a oportunidade de aplicação dos conhecimentos obtidos pouco tempo antes é escassa. Por sua vez, a regulação em termos laborais, quando acontece, tende a ocorrer por via de contratos de prestação de serviços.

- 60 As condições socioprofissionais obtidas na sequência do fim das carreiras no jornalismo apresentam discrepâncias com base no tipo de rutura então verificada. Nos casos em que esta resulta de uma opção, os novos empregos refletem um planeamento mínimo, no qual o *capital social* acumulado ao longo dos anos assume um papel fulcral. Assim, estes localizam-se primordialmente nas fronteiras com o jornalismo, em particular nas agências de comunicação e nos gabinetes de relações públicas e, num menor número, na investigação académica (Cardoso & Mendonça, 2017; Davidson & Meyers, 2016; Sherwood & O'Donnell, 2016; Zion *et al.*, 2016). Entre os ex-jornalistas que foram objeto de despedimento ou que não viram os seus contratos serem renovados, o desemprego tende a ser maior, nomeadamente entre os mais velhos. Por sua vez, as novas áreas de emprego, como a banca, o turismo ou o call-center, apresentam, em geral, uma maior distância em relação ao jornalismo, possivelmente devido ao menor controlo sobre o processo que conduziu ao fim da profissão.

Conclusão

- 61 Ao longo das últimas décadas, o jornalismo em Portugal atravessou diversas mudanças, conforme é possível constatar pela análise dos trajetos dos ex-jornalistas entrevistados. Estas transformações inserem-se numa mais vasta dinâmica económico-produtiva, a qual poderá ser analisada a partir do conceito de *destruição criativa*, proposto por Schumpeter. Este remete para um incessante processo de destruição e de criação de mercadorias, de formas de organização e de estratégia empresarial que ocorre no seio da própria estrutura capitalista e que é mobilizado pelas suas crises (Schumpeter, 1975).
- 62 O produto jornalístico atualmente comercializado e o modelo de produção que o origina são assim o resultado histórico de uma série de crises e convulsões que vieram a alterar as relações dos jornalistas com o seu trabalho e emprego. Entre os entrevistados mais velhos, que se iniciaram no jornalismo nas primeiras décadas do regime democrático, é possível identificar a expressão de um *tipo-ideal* de carreira profissional. Além da possibilidade de expressão de um conjunto de princípios éticos numa obra, tais prerrogativas possuem uma base material minimamente estável. Mesmo aqueles que não usufruíram dela ao início encaravam tal situação como temporária. Se, por um lado, este fenómeno é fruto de uma maior dinâmica do mercado de comunicação social em Portugal, por outro, será esta mesma dinâmica a colocar em causa a relação entre jornalistas e jornalismo.
- 63 A par da extensão de uma lógica de comercialização e *infotainment* (McChesney, 2008; McManus, 1994), em detrimento da autonomia relativa do jornalista, estas mudanças fazem-se consubstanciar por um novo modelo de emprego que, no fundo, se limita a acompanhar o surgimento de novas formas de contratação temporária, então atípicas. Assim, os percursos no jornalismo iniciam-se num nível de *integração desqualificante*, nunca passando de uma *integração laboriosa*.
- 64 A redefinição do produto jornalístico e da sua forma de fabrico, impulsionada pela introdução de tecnologias digitais, veio alterar os termos do emprego e do trabalho nas redações. Este fenómeno é, por sua vez, indissociável dos efeitos da crise económico-financeira mundial, que, em Portugal, se traduziu na aplicação de um plano de austeridade entre 2011 e 2014.

- 65 A redução de custos, resposta por excelência à concorrência enfurecida, tem sido realizada por via do recurso a contratos temporários, garantes de uma força de trabalho disposta a fazer mais por menos (Cardoso & Mendonça, 2017; Miranda & Gama, 2019). O depoimento de Sara é revelador dos esforços desencadeados na procura de um futuro profissional minimamente promissor, podendo estes passar pelo cumprimento de horários para lá do legalmente estipulado ou pela prestação de trabalho gratuito.
- 66 A maior facilidade na dispensa e no despedimento do trabalhador suscita da parte deste um maior investimento no trabalho, o que pressupõe não só o cumprimento das metas consignadas pela empresa, como também a aquiescência a um nível de *integração desqualificante*, na esperança de que este não venha a constituir o futuro.
- 67 Perante este quadro, a procura por outras carreiras torna-se quase imperativo, ou porque se ficou sem emprego, ou porque as atuais condições de exercício do jornalismo assim o determinam. A saída das organizações, como defende Hirschman, poderá constituir a resposta última do trabalhador ou consumidor à “deterioração da qualidade do produto ou serviço providenciado” (Hirschman, 1970, p. 4), ou seja, a uma integração do tipo *laboriosa* ou *desqualificante*. A sua análise, no entanto, centra-se na relação do indivíduo com uma empresa singular mediada pelo mercado e pelo poder corretivo. As saídas com que nos deparamos nas entrevistas representam a rutura entre indivíduo e todo um setor de atividade. Mesmo os desempregados involuntários dirigem a procura de emprego para outros setores, nomeadamente os que se encontram próximos do jornalismo em termos de competências e de capital social, o que torna ainda mais complexas as relações com as agências de comunicação, doravante encaradas como potenciais entidades empregadoras.
- 68 A crescente distância em relação a um nível de *integração assegurada*, dadas as precárias contrapartidas materiais, vem assim facilitar a decisão de abandonar uma profissão que se perdeu nos meandros não só do desemprego, mas também da própria rotina de trabalho (Cohen, Hunter, & O’Donnel, 2019; Nikunen, 2014; Sherwood & O’Donnel, 2016). Um diagnóstico estritamente económico deste processo classificará este fenómeno como a mera expressão do cariz criativo-destrutivo do atual modo de produção. No entanto, a substituição de um modelo de unidade económico por outro, mais inovador, implica sempre perdas: de recursos e bens, de formas de vida e, como acontece no caso de jornalismo, de epistemologias e formas de conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

- Baptista, C. (2012). Uma profissão em risco iminente de ser «descontinuada». *Jornalismo & Jornalistas*, 52, 15-17.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bertaux, D. (2010). *Le récit de vie*. Paris: Armand Colin.
- Bertaux, D., & Thompson, P. (1997). *Pathways to social class: A qualitative approach to social mobility*. Oxford: Clarendon Press.

- Bourdieu, P. (2005). The political field, the social science field, and the journalistic field. In R. Benson & E. Neveu (Eds.), *Bourdieu and the journalistic field* (pp. 29-47). Cambridge: Polity Press.
- Camponez, C., Miranda, J., Fidalgo, J., Garcia, J. L., Matos, J. N., Oliveira, M., Martins, P., & Silva, P. A. (2020). *Estudo sobre os efeitos do estado de emergência no jornalismo no contexto da pandemia Covid-19*. Lisboa: Sopcom.
- Cardoso, G., & Mendonça, S. (2017). *Jornalistas e condições laborais: Retrato de uma profissão em transformação*. Lisboa: Obercom.
- Cohen, N., Hunter, A., & O'Donnell, P. (2019). Bearing the burden of corporate restructuring: Job loss and precarious employment in Canadian journalism. *Journalism Practice*, 13(7), 817-833.
- Compton, J., & Bennedetti, P. (2010). Labour, new media and the institutional restructuring of journalism. *Journalism Studies*, 11(4), 487-499.
- Davidson, R., & Meyers, O. (2016). "Should I stay or should I go?": Exit, voice, and loyalty among journalists. *Journalism Studies*, 17(5), 590-607.
- Deuze, M. (2007). *Media work*. Cambridge: Polity Press.
- Fidalgo, J. (2008). *O jornalista em construção*. Porto: Porto Editora.
- Figueira, J. (2012). *A imprensa Portuguesa (1974-2010)*. Coimbra: Angelus Novus.
- Gabriel, Y., Gray, D., & Goregaokar, H. (2013). Job loss and its aftermath among managers and professionals: Wounded, fragmented and flexible. *Work, Employment and Society*, 27(1), 56-72.
- Garcia, J. L. (2009). Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses: Os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI. In J. L. Garcia (Ed.), *Estudos sobre os jornalistas Portugueses - Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 23-46). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, J. L., & Silva, P. A. (2009). Elementos de composição socioprofissional e de segmentação. In J. L. Garcia (Ed.), *Estudos sobre os jornalistas Portugueses - Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 121-131). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, J. L., Martinho, T. D., Matos, J. N., Ramalho, J., Cunha, D. S., & Alves, M. P. (2018). Sustainability and its contradictory meanings in the digital media ecosystem: Contributions from the Portuguese scenario. In A. Delicado, N. Domingos, & L. Sousa (Eds.), *Changing societies: Legacies and challenges. The diverse worlds of sustainability* (Vol. 3, pp. 341-361). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, J. L., Marmeleira, J., & Matos, J. N. (2014). Incertezas, vulnerabilidades e desdobramento de atividades. In J. Rebelo (Org.), *As novas gerações de jornalistas em Portugal* (pp. 9-19). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Gomes, R. (2015). *Fuga de cérebros: Retratos da emigração portuguesa qualificada*. Lisboa: Bertrand.
- Hirschman, A. (1970). *Exit, voice and loyalty: Responses to decline in firms, organizations and states*. Cambridge: Harvard University Press.
- Lorey, I. (2015). *State of insecurity: Government of the precarious*. London: Verso.
- Matos, J. N., Baptista, C., & Subtil, F. (Eds.) (2017). *A crise do jornalismo em Portugal*. Lisboa: Le Monde Diplomatique e Deriva.
- Miranda, J., & Gama, R. (2019). Os jornalistas portugueses sob o efeito das transformações dos media - Traços de uma profissão estratificada. *Análise Social*, 54(230), 154-177.

- Morgan, G., Wood, J., & Nelligan, P. (2013). Beyond the vocational fragments: Creative work, precarious labour and the idea of 'Flexploitation.' *The Economic and Labour Relations Review*, 24(3), 397-415.
- Nikunen, K. (2014). Losing my profession: Age, experience and expertise in the changing newsrooms. *Journalism*, 15(7), 868-888.
- Nunes, N., Cachado, R. A., Raposo, O., Ferreira, D., & Carmo, R. M. (2016). Ação coletiva à escala individual e local: Perfis e retratos sociológicos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 95-113.
- Oliveira, J. M. P. (2018). *Comunicação e quotidiano*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Oliveira, J.M.P (1988). Elementos para uma sociologia dos jornalistas Portugueses. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 47-53.
- Örnebring, H. (2010). Technology and journalism-as-labour: Historical perspectives. *Journalism*, 11(1), 57-74.
- Pacheco, L., & Freitas, H. (2014). Poucas expectativas, algumas desistências e muitas incertezas. In J. Rebelo (Org.), *As novas gerações de jornalistas em Portugal* (pp. 21-35). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro*. Lisboa: Ambar.
- Paugam, S. (2000). *Le salarié de la précarité: Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Poirer, J., Clapier-Valadon, S., & Raybaut, P. (1999). *Histórias de vida: Teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- Quintanilha, T. (2019). Journalists' professional self-representations: A Portuguese perspective based on the contribution made by the sociology of professions. *Journalism: Theory, Practice & Criticism*.
- Rebelo, J. (2011). *Ser jornalista em Portugal: Perfis sociológicos*. Lisboa: Gradiva.
- Schumpeter, J. (1975). *Capitalism, socialism, and democracy*. Nova York: Harper & Row.
- Sherwood, M., & O'Donnell, P. (2018). Once a journalist, always a journalist?. *Journalism Studies*, 19(7), 1021-1038.
- Sousa, H., & Santos, L. A. (2014). Portugal at the eye of the storm: Crisis, austerity and the media. *Javnost - The Public*, 21(4), 47-61.
- Vieira, J. (Coord.) (2015). *A nossa telefonia: 35 anos de telefonia em Portugal*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Waldenstyrom, A., Wiik, J., & Andersson, U. (2018). Conditional autonomy: Journalistic practice in the tension field between professionalism and managerialism. *Journalism Practice*, 13(4), 493-508.
- Witschge, T., & Nygren, G. (2009). Journalistic work: A profession under pressure. *Journal of Media Business Studies*, 6(1), 37-59.

NOTAS

1. Neste sentido, este artigo não contempla, por exemplo, as condições de trabalho no jornalismo regional.
2. Em termos sociológicos, os jornalistas de imprensa e de rádio tendem a partilhar uma condição laboral mais vulnerável quando comparada com os jornalistas de televisão (Garcia & Silva, 2009; Miranda & Gama, 2019).

3. Dos 28 ex-jornalistas entrevistados, 12 pertencem ao primeiro grupo; 13 ao segundo; e apenas 3 ao terceiro.
 4. Esta abordagem metodológica pode ser identificada em outros estudos nacionais e internacionais em torno de diversas temáticas associadas à questão do trabalho (Gabriel, Gray & Goregaokar, 2013; Gomes, 2015; Morgan, Wood & Nelligan 2013; Nunes *et al.*, 2016).
 5. Inserida no Contrato Coletivo de Trabalho assinado entre Associação Portuguesa de Imprensa e Sindicato dos Jornalistas em 2010 e sujeita a portaria de extensão em 2011.
-

RESUMOS

Ao longo das últimas décadas, o jornalismo tem atravessado uma série de mudanças no que diz respeito ao seu produto, ao seu modo de produção e às condições de quem o produz. O objetivo deste artigo reside na análise destas transformações a partir dos percursos socioprofissionais de ex-jornalistas, procurando-se compreender o que motivou o fim da atividade, a condição posteriormente alcançada e, por fim, a perceção sobre o jornalismo. Neste sentido, o abandono efetivo do jornalismo é precedido por um sentimento de abandono dos seus valores, facilitando a opção por outra área. Esta, por sua vez, dependerá das circunstâncias que conduziram ao fim da profissão, verificando-se diferenças entre quem escolheu abandonar o jornalismo e quem foi forçado a fazê-lo.

Throughout the last decades, journalism has undergone a series of changes regarding its product, its means of production and the conditions of who produces it. The objective of this article is to analyse these transformations from the socio-professional trajectories of former journalists, seeking to understand what motivated the end of the activity, the condition later achieved and, finally, their perception on journalism. In this sense, the effective abandonment of journalism, voluntary or mandatory, is preceded by a feeling of abandonment of its values, enabling the choice of another area. This, in turn, will depend on the circumstances that led to the end of the profession to each person, with differences between those who chose and those who were forced to abandon journalism.

ÍNDICE

Keywords: journalism, former journalists, precariousness, abandonment of employment, unemployment

Palavras-chave: jornalismo, ex-jornalistas, precariedade, abandono do emprego, desemprego

AUTOR

JOSÉ NUNO MATOS*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal Bettencourt 9

1600-189 Lisboa

jose.matos@ics.ul.pt